

Relatório da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública - 2020

Fortaleza-Ce, dezembro de 2020



APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria Geral Externa da Defensoria Pública do Estado do Ceará foi criada em 2010 pela Lei Complementar nº 91 de 2010 e cujo objetivo consiste em promover a democracia participativa e o controle social no âmbito da Instituição, assegurando o direito à população cearense de fiscalizar, elogiar, reclamar, sugerir e indicar as suas demandas e prioridades.

O modelo de Ouvidoria Externa é regulamentado pela Lei Complementar nº 80 de 1994, por meio da Lei Complementar nº 132 de 2009, e Lei Orgânica Estadual – Lei Complementar nº 06 de 1997.

No espaço de tempo entre os anos de 2016 à 2019 a Ouvidoria realizou 3.447 atendimentos, pelos mais diversos canais, além de participar de inúmeras atividades junto a grupo, associações e/ou outros entes da sociedade civil organizada, por meio de plataformas virtuais, protagonizando a pauta da democratização e acesso à justiça. Já no ano de 2020 foram realizados 2.855 (dois mil oitocentos e cinquenta e cinco) atendimentos.

Este relatório tem por objetivo apresentar as ações da Ouvidoria Geral, realizadas no decorrer do ano de 2020, ano de inúmeros desafios, ante a pandemia da Covid 19. O relatório seguirá estruturado em 05 (cinco) tópicos, a partir dos quais é possível entender como a Ouvidoria conseguiu se estruturar para garantir o trabalho, mesmo diante de tantos desafios.



1- APRESENTAÇÃO

A Ouvidoria Geral da Defensoria Pública, instituída pela Lei Complementar nº 91, Art.8º-A, é órgão auxiliar da Defensoria Pública do Estado, de promoção da qualidade dos serviços prestados pela Instituição, contando com servidores da Defensoria Pública do Estado e com a estrutura definida pelo Conselho Superior após proposta do Ouvidor-Geral, competindo-lhe

- I receber e encaminhar ao Corregedor-Geral representação contra membros e servidores da Defensoria Pública do Estado, assegurada a defesa preliminar;
- II propor aos órgãos de administração superior da Defensoria Pública do Estado medidas e ações que visem à consecução dos princípios institucionais e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados;
- III elaborar e divulgar relatório semestral de suas atividades, que conterá também as medidas propostas aos órgãos competentes e a descrição dos resultados obtidos;
- IV participar, com direito a voz, do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado; V promover atividades de intercâmbio com a sociedade civil;
- VI estabelecer meios de comunicação direta entre a Defensoria Pública e a sociedade, para receber sugestões e reclamações, adotando as providências pertinentes e informando o resultado aos interessados
- VII contribuir para a disseminação das formas de participação popular no acompanhamento e na fiscalização da prestação dos serviços realizados pela Defensoria Pública:
- VIII manter contato permanente com os vários órgãos da Defensoria Pública do Estado, estimulando-os a atuar em permanente sintonia com os direitos dos usuários;
- IX coordenar a realização de pesquisas periódicas e produzir estatísticas referentes ao índice de satisfação dos usuários, divulgando os resultados.

Cabe ressaltar que o/a Ouvidor/a Geral Externo, é eleito pelo voto da sociedade civil, a mesma que vem desde antes da criação da Defensoria, lutando pela sua implementação e também da Ouvidoria Geral. O/a Ouvidor/a tem mandato de dois anos, prorrogáveis por mais dois anos.

2- MANIFESTAÇÕES

O ano de 2020 impôs desafios enormes às instituições públicas e privadas, além gerar incertezas na vida de indivíduos em todo o mundo. Nos dois primeiros meses daquele ano, as instituições não apontavam nenhuma perspectiva de alterar as formas de atendimento até então



praticadas. Após o decreto de nº 33.519¹, de 19 de março de 2020 cujo teor era a intensificação das medidas para enfrentamento da infecção humana pelo novo Coronavírus, a realidade mudou e as instituições tiveram um pequeno intervalo de tempo para se adequar.

Os atendimentos realizados por diversos núcleos da Defensoria superaram os números em relação ao mesmo período do ano anterior. Com a Ouvidoria não foi diferente, a busca por atendimento superou a média dos anos de 2018 e 2019 com o total de 659 e 1.077 atendimentos, respectivamente, via sistema Ceará Transparente.

A dificuldade inicial na criação de canais de novos canais atendimentos ao público no período de isolamento rígido determinado pelo Decerto Estadual nº 33.510/2020, fez com que todos os atendimentos se concentrassem nos canais de e-mail, ouvidoria virtual — Ceará Transparente -e via telefone celular.

Superados os momentos iniciais da Ouvidoria e da própria Defensoria, no que diz respeito à criação de canais ou ferramentas para atendimento adequado, que garanta o acesso dos/as assistidos/as. Restaram prejudicados os atendimentos, a partir da segunda semana do mês de março, quando do Decreto Estadual que intensificou as medidas para controle da Pandemia da Covid 19.

No decurso dos meses iniciais da pandemia, as manifestações foram realizadas na sua totalidade por meio da Plataforma Ceará Transparente, e-mail e telefone celular (ligação) e na sequencia, por meio do whatsapp.

No retorno das atividades presenciais, os atendimentos ocorreram de forma presencial defrontando-se com uma demanda reprimida tanto que os maiores índices de busca da Ouvidoria se dão nos últimos meses de ano de 2020.

Os atendimentos somados geraram um total de **2.831 (dois mil oitocentos e trinta e um)** registrados nos diversos meios de acesso à Ouvidoria Geral, sobre as quais pretendemos nos debruçar de forma geral, ressaltando suas especificidades.

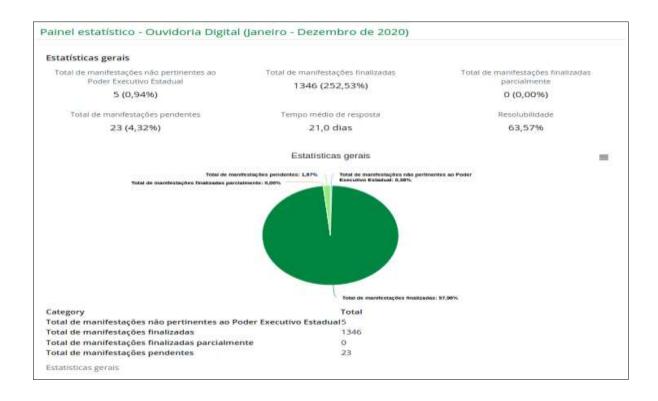
Ditas estas palavras, sigamos para um olhar à partir dos números registrados.

¹ Fonte: www.ceara.gov.br/decretos-do-governo-do-ceara-com-acoes-contra-o-coronavirus



a) ACESSO: CEARÁ TRANSPARENTE²:

Pelo sistema adotado pela Ouvidoria – o Ceará Transparente foram registradas 1.643 manifestações, das quais 1.346 correspondem às manifestações diversas e 297 correspondem aos dados de acesso à informação.



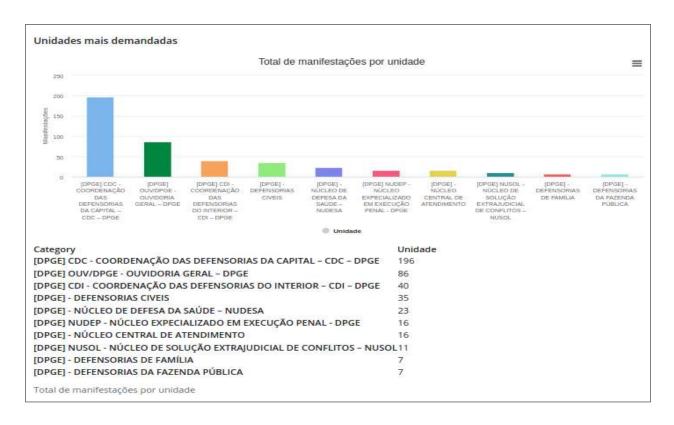
O procedimento de tratamento das manifestações implica encaminhamento interno para diversos núcleos e órgãos defensoriais com os devidos prazos para resposta. Acontece que as respostas muitas vezes demoraram em vista à sobrecarga dos serviços e da própria Ouvidoria.

² Fonte: Ceará transparente: www.cearatransparente.gov.br



MANIFESTAÇÃO POR UNIDADES MAIS DEMANDADAS

Dentre as manifestações registradas ao longo do ano, o setor mais demandado foi a Coordenação das Defensorias da Capital, seguido da Ouvidoria Geral, repetindo o cenário do ano de 2019. No que pesa a natureza das duas coordenações, a esmagadora maioria das manifestações são direcionadas em decorrência da natureza da manifestação.

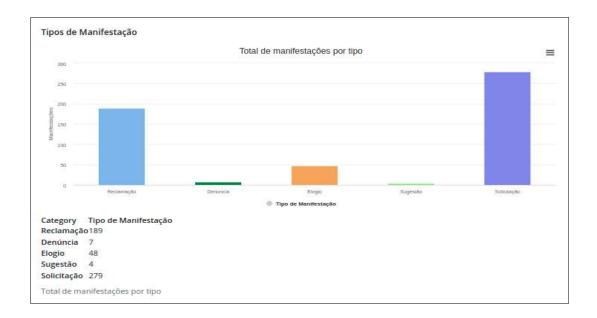


Observa-se que nos anos anteriores e em 2020 a Coordenação das Defensorias do Interior ainda tem baixo registros/manifestações. Advém uma análise de possível necessidade de maior divulgação da Defensoria no interior, além de ser necessária a maior presença da Ouvidoria Geral nos municípios em que os órgãos defensoriais estejam implantados.



POR TIPO DE MANIFESTAÇÃO

No que se refere ao tipo de manifestação tivemos 279 pedidos de informação. A maioria refere-se ao pedido de telefone dos núcleos e formas de atendimento. Este cenário é típico da realidade posta pela Pandemia da Covid 19 quando com os canais de atendimento encontravam-se ainda sem definição nos primeiros meses do ano.

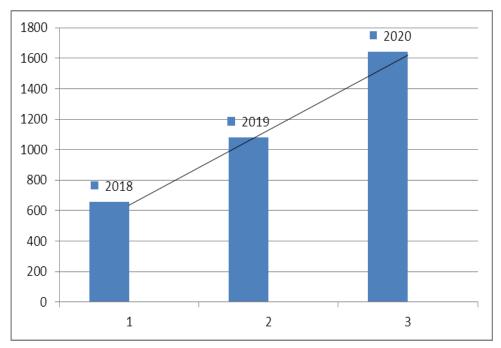


Também no mesmo contexto, as reclamações chegaram a 189 manifestações, número alto, entretanto, menor que o apresentado no ano anterior. As reclamações somaram 38,26% do total de registros, menor apenas que as solicitações de defensor em comarca.



COMPARATIVO COM OS ATENDIMENTOS EM ANOS ANTERIORES

Comparando os anos de 2018 a 2020 podemos observar um aumento das demanda no sistema Ceará Transparente com uma linha crescente, saltando de 659 atendimentos no primeiro ano da série, para 1.643 no último ano (2020).



Fonte: Ceará Transparente (2018 – 2019)

Necessário se faz falar da estratégia de divulgação da Ouvidoria Geral da Defensoria Pública ao longo dos anos com oficinas, palestras, divulgação por meio do site e das demais atividades junto à sociedade civil e ao público assistido/as da Defensoria.



OUVIDORIA GERAL ACESSO À INFORMAÇÃO – CEARÁ TRANSPARENTE

É importante falar do acesso à informação. Ao todo, forma registradas 297 manifestações dessa natureza, ou 142 manifestações a mais do que as registradas no ano anterior e mais que o dobro do que foi registrado no ano de 2018.

O meio de acesso, ou entrada deste tipo de manifestações foi o telefone 155 – número da Ouvidoria do Estado do Ceará, com pouquíssimos acessos via internet. A novidade é o App Ceará, que contou ainda com três acessos no decorrer do ano de 2020



O quadro abaixo mostra o crescimento do uso do telefone para acesso ao longo dos anos e também sinaliza para a importância de divulgação dos meios de entrada junto à população do estado.

Quadro – 01 Comparativo dos atendimentos com anos anteriores

MEIO DE ENTRADA	2018	2019	2020
Internet	26	9	16
Telefone	103	145	219
App Ceará	0	0	3
Outros	-	-	59
Total	129	154	297

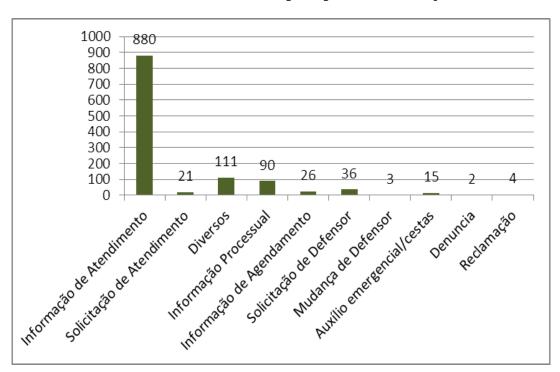


OUVIDORIA GERAL b) ATENDIMENTOS - PRESENCIAIS, E-MAIL E WHATSAPP

São atendimentos realizados pela Ouvidoria e que não são registrados no Ceará Transparente. Na sua maioria foi atendimento para pedido de informação, do total de 1.188 (um mil oitocentos e oitenta e oito) atendimentos, 880 tinham este objetivo. Já os demais atendimentos corresponderam a solicitações diversas que envolvem desde o pedido de agendamento ate a solicitação de atendimento.

Os pedidos de informação sobre atendimentos superam todos os dos dois anos anteriores, inclusive somados aos registros na ouvidoria virtual (Ceará Transparente). Os números foram impulsionados pela dificuldade da população em acessar os atendimentos da Defensoria, nos meses iniciais da crise sanitária que o mundo atravessa.

Gráfico dos atendimentos da ouvidoria por tipo de manifestação

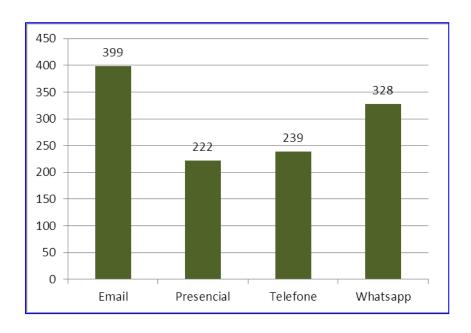




OUVIDORIA GERAL ATENDIMENTOS POR MEIO DE ENTRADA

Em ano atípico, a Ouvidoria Geral da Defensoria registrou um grande volume de manifestação por e-mail e telefone. Mesmo com o isolamento social, ainda foram registrados 222 (duzentos e vinte e dois) atendimentos, a maioria feitos nos meses de janeiro e fevereiro, entretanto, com atendimentos presenciais realizados neste período de distanciamento social.

A inovação ficou por conta dos atendimentos via whatsapp. Inicialmente o atendimento se deu de forma tímida, mas, após ampla divulgação dos contatos da Ouvidoria migraram para o whatsapp, sem prejuízo dos demais canais. Dessa forma, a instituição amplia para 05 as formas de contato, vez que os atendimentos pelo whatsapp compõem as estratégias da Ouvidoria para atendimento ao público.

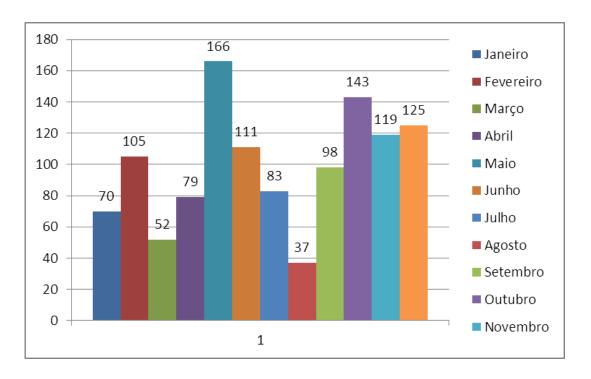




ATENDIMENTOS POR MÊS

A Defensoria aumentos o seu atendimento nos vários núcleos defensoriais. O atendimento da Ouvidoria também apresentou esse cenário de ampliação da demanda. Em todos os meses do ano os atendimentos ultrapassaram a média do mesmo período do ano anterior, à exceção do mês de agosto, com destaque para o mês de março, quando houve maior procura pela Ouvidoria, sobretudo, com os pedidos de informação acerca de negativa do benefício social do auxilio emergencial, cuja competência é da Defensoria Pública da União, entretanto, a Ouvidoria da DPCE não poderia deixar de acolher e encaminhar devidamente as manifestações recebidas.

Diante da forte procura, a Ouvidoria estabeleceu uma resposta padrão para as manifestações cuja solicitação fosse de pedido revisão de auxilio emergencial, entretanto, questões especificas foram encaminhadas para aquela instituição, solicitando as providências cabíveis.



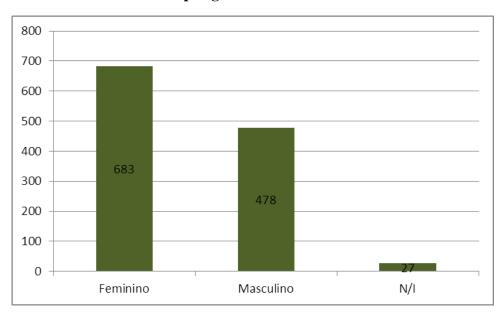


ATENDIMENTOS POR SEXO

Há um tempo as análises de estudiosas, muitas feministas, apontam que as mulheres são as que mais procuram as instituições para resolução de problemas da sua e de outras famílias. Longe de analisar dados de outras instituições apresentamos aqui um retrato de uma grande busca de mulheres por acesso á Defensoria pública.

Faz necessário atentar para duas questões aqui. A primeira é o percentual de 57% de manifestações registradas por mulheres, número absoluto de 683 (seiscentos e oitenta e três) manifestações.

Gráfico de atendimentos por gênero



Outra questão é a de apenas 3% de informado. Mas este dado nos aponta uma questão importante: a produção de dados na Defensoria e Ouvidoria Geral, além de os instrumentais não darem conta de desagregar os dados de raça, os dados de gênero também são coletados de forma deficiente. Aponta-se aqui a ausência de sistema próprio da Ouvidoria da DPCE com a utilização da Ouvidoria Virtual (Ceará Transparente) e mesmo nos atendimentos por outros canais, a produção do dado de gênero ainda precisa ser melhor trabalhada.



Uma resposta para essa questão virá do pedido de sistema próprio da Ouvidoria. Um sistema que possibilite a produção do dado para a análise posterior, subsidiando estudos posteriores da própria Defensoria para melhoria do seu trabalho.

3 - ESTRATÉGIA DA OUVIDORIA-GERAL

Além da atuação ordinária da Ouvidoria Geral, o papel de atuar junto aos grupos vulneráveis aproximando-os da Defensoria e o Defensor/a Público/a. A Ouvidoria lançou mão de algumas estratégias para atuação junto à sociedade civil com o propósito de contribuir com uma melhor relação entre a Defensoria e seu público assistido.

Assim, a Ouvidoria criou estratégias ao logo dos anos para garantir alcançar tal objetivo.

I – Defensoria nas Comunidades:

No ano de <u>2017</u> a Ouvidoria criou, em parceria com a Coordenação dos Defensores do Interior-CDI, os Encontros "Defensoria na Comunidade". Naquele ano realizou-se dois primeiros encontros no município de Itapipoca com as comunidades do Assentamento Maceió e as comunidades indígenas Tremembés da Barra do Mundaú.

Àquela época a Ouvidoria já entendia que "a importância dos encontros nas comunidades e distritos das comarcas do interior se dá, principalmente, pela distância da Sede, que acirra as dificuldades de acesso aos serviços da Defensoria Pública, exigindo o financiamento dos gastos com o deslocamento e, muitas vezes, a realização do percurso em veículos sem conforto ou segurança. O quadro se agrava quando pensamos no cotidiano das mulheres que dividem o seu tempo entre o cuidado com os filhos e familiares, as tarefas domésticas, a agricultura familiar e/ou o trabalho formal".

Também se reconhece as diversas barreiras impostas às populações residentes em áreas rurais, sobretudo aquelas cujos acessos são difíceis, seja pela distância, situação das estradas, desconhecimento da existência da Defensoria e dos trabalhos que ela dispõe e até ante os horários



de funcionamento da Defensoria que muitas vezes não favorece o acesso ao serviço, à população rural.

No ano de 2020 não foi realizada nenhum encontro "Defensoria na Comunidade" em decorrência da crise sanitária mundial. Assim, as atividades se resumiram ao acompanhamento das ações do GT da Zona Costeira, demais GT's e realizar atividades via plataformas virtuais.

II – Itinerâncias nas Comunidades:

No ano de 2020 iniciamos o trabalho a partir das "itinerância das comunidades". Assim chamada a proposta de interiorização das ações da Ouvidoria da Defensoria Pública com a realização de atividade com comunidades rurais e urbanas, sobretudo as que se encontram em áreas de difícil acesso, que reportem aos movimento sociais alguma dificuldade de aceso ao núcleo defensorial.

A atividade "Itinerâncias nas Comunidades" foi pensada para garantir que pessoas de comunidades mais distantes sejam acompanhadas sistematicamente por um período definido ou até que dure a questão abordada. No ano de 2020 foram realizadas 07 (sete) Itinerâncias nas comunidades de: Cumbe, Canavieira, Córrego de Uburanas, Vila da Volta e Vila Jardim de modo presencial. Além disso, foram realizadas 03 Itinerâncias virtuais com comunidades e movimentos sociais de Crateús e Aracati.

Em todos os momentos forma ouvidas as comunidades, com encaminhamentos a serem tratados pelos núcleos defensoriais dos municípios. À exemplo, numa Inerência tratou-se da problemática das barreiras sanitárias e da entrega de cestas básicas (merenda escolar) em comunidades, com critérios diferenciados, sem a orientação necessária aos responsáveis pelos/as alunos/as. Ali a ação do defensor tratou tanto da orientação das famílias para a cobrança ao poder público, já que a Defensoria havia recomendado a entrega da merenda escolar pelos municípios, como também da própria ação do núcleo defensorial para solicitar explicações aos municípios acerca da situação posta.



Ainda no inicio de 2020, alguns coletivos de jovens procuraram a Ouvidoria da Defensoria com uma pauta diversa que mobilizava questões como direito à educação e demais políticas públicas. Em contato com o Núcleo de Direitos Humanos e Ações Coletivas e Arins que receberam os coletivos, juntamente com a Rede Acolhe, se colocando á disposição para os encaminhamentos ali tirados.

Dentre os encaminhamentos tirados destaca-se a criação de um canal exclusivo para a juventude registrar as violações de direitos.





Fonte: arquivo da Ouvidoria

III- Círculos de Participação

Outra estratégia criada pela Ouvidoria é o Círculo de Participação. Constituem-se uma estratégia de eventos voltados para o publico atendido pela Defensoria Pública e também os



colaboradores/as desta Instituição. Os Círculos de participação ocorrerão com um público diverso que compreende as equipes de trabalho da Defensoria, o movimento social e assistidos/as.

No ano de 2020 foi desenvolvido uma edição do Círculo de Participação com a Escola Superior da Defensoria o tema abordado em quatro encontros foi racismo e suas nuances na sociedade no sistema de justiça.

Os temas discutidos foram: *DIREITOS HUMANOS, RAÇA E ACESSO À JUSTIÇA; CONECTANDO HISTÓRIAS SOBRE RACISMO ESTRUTURAL; O DIREITO ACHADO NA ENCRUZILHADA: TERRITÓRIOS DE LUTAS E RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRAS E AÇÕES E POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS E SEUS SIGNIFICADOS NO COMBATE AO RACISMO.*

É importante lembrar que essa estratégia contou desde o primeiro momento com a adesão da Escola Superior da Defensoria e a ARINS, assim, toda atividade foi rigorosamente planejada em conjunto e com os vários esforços das equipes ne das coordenações.

IV – O Orçamento Participativo

O Orçamento Participativo, importante ação da Defensoria Pública, na sua 5ª edição sofreu também os efeitos da Pandemia. Tendo sido executado parcialmente, ainda recebeu ---- propostas, mas, encerrou seu ciclo precocemente, com a realização de apenas 01 (uma) audiência pública, no município de Sobral, na data de 03 de abril.

As demais plenárias ficaram impossibilitadas de ocorrer após o decreto estadual que estabelece o distanciamento social em decorrência da pandemia da Covid 19.

Ainda como tentativa de garantir as consultas, foi lançado um formulário simples nas mídias sociais da Defensoria, entretanto, a ausência de objetividade nas respostas a consulta foi encerrada sem sucesso.



Fotografia: Orçamento Participativo da Defensoria em Sobral-Ceará



Fonte: arquivos da Ouvidoria

A ouvidoria realizou também plenárias com o movimento social e dentre as discussões destaca a discussão do orçamento da Defensoria. A atividade foi proposta pela Defensoria diante de falas que sinalizavam a dificuldade de entender a composição do orçamento, foi proposta a realização dessa plenária virtual da qual participaram mais de trinta lideranças, com a presença da gestão da Defensoria.

Outros momentos foram realizados, na estratégia de Itinerâncias, encontros, rodas de conversa sinalizaram para a aproximação da sociedade civil com a Defensoria, com a defesa da sua estruturação física garantindo melhores condições de trabalho para os/as defensores/as e colaboradores/as, com o aumento dos investimentos estaduais na Instituição.

V- O Conselho Superior da Defensoria



Entre os meses de janeiro até a primeira quinzena do mês de março de 2020 as sessões do CONSUP ocorrerem de forma presencial, na sala de reuniões da Defensoria. À partir do Decreto Estadual que trata da Pandemia da Covid 19, as sessões, após um tempo de organização, passaram a ser realizadas via plataforma virtual.

Com pautas diversas, mas a Ouvidoria manifestou-se em pautas que dizem respeito direto aos/às assistidos/as da Defensoria Pública. Por outro lado, a Ouvidoria levou queixas e pautas gerais ao Conselho Superior denunciando questões caras à sociedade e movimentos sociais como as graves condições vivenciadas pelos familiares de presos/as nas visitas e acompanhamento a estes/as; a misoginia e violência contra as mulheres, além dos assassinatos de travestis e transexuais e demais violências contra a população LGBTQIA+.

4- Recomendações

No ano de 2019 a Ouvidoria Geral havia recomendado a criação de um GT Temático Provisório que atuasse diretamente para incidir nas decisões sobre a crise do derramamento do petróleo no litoral cearense.

Em decorrência dos relatos de violação de diretos feitos por pescadores/as, marisqueiras e demais comunitários das áreas pesqueiras foram realizadas escutas qualificadas em audiências públicas que aconteceram em Icapuí-Ce, Amontada-Ce e na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, além de se elaborar a recomendação de criação do GT Temático Provisório até que cessassem os problemas.

No ano de 2020 a Ouvidoria foi indagada sobre a necessidade de manter a recomendação, entretanto, a perda do objeto originário fez com que a Ouvidoria não mantivesse a proposta original.

Outra recomendação foi realizada no âmbito do Conselho Nacional de Ouvidorias das Defensorias Públicas, em conjunto com o Conselho Nacional de Direitos Humanos e cujo objeto era a distribuição de kit de merenda escolar para os estudantes indígenas e quilombolas.



Embora não configure recomendação, a Ouvidoria Geral, teceu considerações acerca de documento que dispõe sobre protocolo de prevenção e combate à tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradante nas abordagens de agentes públicos para uso da Defensoria Pública, incluindo o critério de raça fundamentando a importância de um olhar interseccional de raça, gênero e classe nas abordagens de agentes públicos.

5. Atividades Diversas da Ouvidoria

Mês/ 2020	ATIVIDADES
Janeiro	07/01/2020 - Reunião com a Escola Superior da Defensoria, Núcleo de Direitos
	Humanos, Ascom e Arins. Pauta: campanha da Adpec sobre racismo estrutural.
	13/01/2020 - Reunião com CPP no Centro de Pastoral – pauta: acompanhamento das
	demandas das comunidades pesqueiras.
	14/012020 – Reunião com o Centro Janaína Dutra, Ouvidoria e Núcleo de Direitos
	Humanos e ações Coletivas. Pauta: Ambulatório, seminário de março de 2020,
	Conselho LGBT, e reunião ampliada com o movimento LGBTQIA+.
	18/01/2020 – Reunião com Direção do Sindicato dos Agentes Penitenciários
	20/01/2020 – (15h00) reunião/visita ao Nudem e casa da Mulher Brasileira.
	Acompanhamento das ações do 08 de março.
	22/01/2020 - (15h00) – Reunião com Escritório do Tráfico de Pessoas
	23 de janeiro de 2020 (14h00) – Reunião do GT do Sistema Penitenciário
	29/01/2020 – (9h00) reunião com INEGRA – projeto Tecendo Negras Liberdades
	29/01/2020 –(14h 00) Reunião com Juventudes no NDHAC. Pauta: abordagem
	policial e racismo.
	31/01/2020 – Planejamento da FETRACE.
Fevereiro	07/02/2020 – (10h00) - Sessão Ordinária do CONSUP



10/02/2020 – (14h00) – Reunião com LEV, Rede Acolhe, NDHAC e Ouvidoria.

Pauta: Protocolo de abordagem e juventudes.

10/02/2020 – reunião com representantes dos povos indígenas e NDHAC. Pauta: direito aos territórios e estratégias de enfrentamento à invasões.

11/02/2020 (13h30) – Reunião com militância LGBTQIA+Pauta: Ambulatório, seminário de março de 2020, Conselho LGBT, e reunião ampliada com o movimento LGBTQIA+.

12/02/2020 (9h00) – Reunião com Conselho da Mulher do Crato – Preparação do 08 de março e divulgação da audiência do Orçamento Participativo.

13/02/2020 - |reunião com sindicatos da regional da FETRAECE – pauta: 08 de março, Ouvidoria da Defensoria Pública e Orçamento Participativo.

14/02/2020 – (13h00) - visita ao Nucleo do Crato. Diálogo com os defensores.

14/02/2020 – (16h00) - visita ao Observatório da Violência Doméstica – Professora Gracy. Ações do Observatório e a parceria com a Defensoria por meio do Nudem Cariri para alimentação das informações e produção de material em comum.

12/02/2020 – reunião com pró-reitora de extensão da URCA. Pauta: Orçamento Participativo. Participação dos núcleos de pesquisa da URCA.

18/02/2020 – Assembleia Legislativa – Mandato do dep. Renato Roseno. Reunião de trabalho sobre a população indígena e invasão dos territórios.

19/02/2020 – Assembleia da Pastoral dos pescadores e Pescadoras.

19/02/2020 – reunião com Arins. Pauta: Orçamento Participativo.

20/02/2020 – (9h00) - Sessão Ordinária do CONSUP

20/02/2020 – (**16h00**) – reunião com as mulheres da FETRACE Pauta: organização do ato de março.

27/02/2020 – (9h00) Cumbe e Canavieira - Itinerância da Ouvidoria.

27/02/2020 – (16h00) Vila Jardim - Itinerância da Ouvidoria.

28/02/2020 – (9h00) Córrego de Uburanas - Itinerância da Ouvidoria.

28/02/2020 – (15h00) Vila Jardim - Itinerância da Ouvidoria.



04/03/2020 - Assembleia do Orçamento Participativo de Sobral
08/03/2020 – Defensoria em Movimento na atividade do 08 de março de 2020
11 a 13/03/2020 – Reunião ordinária do Conselho Nacional de Ouvidorias
16/03/2020 – reunião com Conselho Pastoral dos Pescadores. Comunidades
tradicionais
20/03/2020 – reunião com pop rua e NDHAC –
20/03/2020 – (15h30) - Reunião CEDH – pandemia da covid 19 – situação das
comunidades.
23/03/2020 - (15h00) – Plenária com sociedade civil
23/03/2020 – recomendação POP Rua
13/04/2020 – (15h00) – reunião com NDHAC, CPP e MPP. Situação das
comunidades pesqueiras do Ceará.
14/04/2020 – (10h00) - Reunião com lideranças Tapebas. Pauta: ação de agentes de
segurança no território dos Tapebas.
15/04/2020 – Reunião Ordinária do GT da Zona Costeira. Pauta: comunidades
costeiras e os casos de covid 19.
16/04/2020 –(10h00) Reunião com movimento de mulheres e Nudem. Pauta:
aumento dos casos de violência doméstica e familiar.
16/04/2020 – Gravação de Podcast sobre Violência contra a mulher. Projeto Máscaras
para a Periferia.
22/04/2020 –(15h00) - Reunião da Ouvidoria, NDHAC e Defensoria da União. Pauta:
comunidades costeiras e as ações de controle da covid 19.
22/04/2020 – Live com o vereador de Fortaleza Ronivaldo Maia.
14/05/2020 – (15h00) - Reunião com núcleo de DH, Núcleo de DH da DPU e
Indígenas. Pauta:
16/05/2020 – Reunião conjunta: Conselho de Ouvidorias, Defensoria Pública, CEDH,
CNDH. Pauta: redistribuição dos alimentos destinados a merenda escolar nas redes



•	OUVIDORIA GERAL
	públicas municipais e estaduais durante o período de pandemia.
	18/05/2020 – Reunião das comunidades de Aracati, CPP e MPP com Defensoria de
	Aracati.
	24/05/2020 – (19h00) Articulação com SPS sobre barreiras sanitárias na comunidade
	do Cumbe.
	25/05/2020 – (16hoo) Reunião com CNDH e Conselho de Ouvidorias.
	29/05/2020 –(14h00) Reunião do GT do Sistema Penitenciário da DPCE.
Junho	01/06/2020 – Reunião do Consea. Pauta: segurança alimentar dos povo pescadores de
	água salgada.
	02/06/2020 - Reunião com Torcida antifascistas e policiais antifascistas – combate à
	abordagens violentas nos jogos do campeonato cearense de futebol.
	05/06/2020 – Sessão do CONSUP
	04/06/2020 – (7h30) Programa na rádio atitude popular – Café com Democracia: A
	defesa dos direitos da população durante a pandemia. (participação da Def. Mariana
	Lobo).
	06/06/2020 - (09h00) Crateús - Itinerância da Ouvidoria
	09/06/2020 – Live: Terreiro Lega e Ouvidoria DPE/Ce
	15/06/2020 – (10h00) Audiência Pública para eleição da Ouvidoria Geral do Pará
	16/06/2020 – (9h00) Reunião do GT comunidades costeiras
	17/06/2020 (10h00) – Sessão Ordinária do CONSUP
	24/06/2020 – A urgência de se falar sobre a Covid 19 no Bom Jardim
	25/06/2020 – (16h00) Reunião com população cigana
	26/06/2020 – Reunião com lideranças de Crateús
Julho	01/07/2020 – (10h00) reunião virtual – GT da Zona Costeira.
	02/07/2020 - (7h30) Programa na rádio Atitude Popular – Café com Democracia
	Novo Fundeb e o impacto na população negra (participação de Kim Lopes).
	07/07/2020 – (14h30) - Reunião da Comissão Especial de Enfrentamento à Pandemia



do COVID19

09/07/2020 - (7h30) Programa na rádio Atitude Popular — Café com Democracia: Julho das Pretas: ciclo de debates de mulheres do MNU Fortaleza

09/07/2020 – (14h00) Reunião com sociedade civil acerca da garantia e proteção dos direitos humanos e do combate ao racismo no município de Sobral.

10/07/2020 – (16h00) Seminário do Comitê Estadual de Combate à Tortura.

11/07/2020 - (7h30) Programa na rádio Atitude Popular – Café com Democracia: Torcidas Organizadas e o antifascismo (participação de Regis Alves).

09/07/2020 - (7h30) Programa na rádio Atitude Popular – Café com Democracia: Julho das Pretas: ciclo de debates de mulheres do MNU Fortaleza

12/07/2020 – (9h00) Entrega de máscaras para a população na feira da Granja Portugal.

15/07/2020 – (8h30) posse da Ouvidora do MP Dra Isabel Porto.

15/05/2020 – Acompanhamento da manifestação das mães de parentes de pessoas presas.

16/06/2020 - (7h30) Programa na rádio Atitude Popular – Café com Democracia: cultura, juventude periférica e a pandemia a partir de um jovem das batalhas de rap.. (participação de Pedro Lucas).

17/05/2020 – (10h00) Sessão ordinária do CONSUP

21/07/2020 – (17h00) Roda de conversa: mulheres negras no poder. Ouvidoria Cidadã da Bahia.

22/0/2020 - (7h30) - Programa na rádio Atitude Popular – Café com Democracia: 30 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

23/07/2020 – (9h00) - Seminário de implementação da lei 10.639/2003 no currículo escolar da rede de educação do município do Crato.

24/07/2020 – (16h00) – Seminário do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura.

24/07/2020 – (18h00) – Mesa redonda – Direitos Humanos e as mulheres afrolatino-americanas e caribenhas.



25/07/2020 – **-** (7h30) Programa na rádio Atitude Popular – Café com Democracia:#exposedfortal: campanha contra o abuso sexual ganha as redes em Fortaelza (participação de Larissa Gaspar).

27/07/2020 – (15h00) mesa redonda: a resistência da mulher negra cearense. Diálogos negros.

29/07/2020 – (18h00) – Mesa redonda: Estado, políticas e Políticas Públicas. (participação de Zuleide Queiroz e Martir Silva –MNU).

30/07/2020 - (7h30) Programa na rádio Atitude Popular – Café com Democracia: II Seminário Nacional dos Povos Indígenas do Cariri Cearense.

Agosto

03/08/2020 - (7h30) Programa na rádio Atitude Popular - Café com Democracia:
Prosa de Margaridas: trabalhadoras rurais e a pandemia (participação de Mazé Morais - CONTAG)

05/08/2020 – (11h00) – Reunião do Fórum Justiça Cidades.

06/08/2020 – (7h30) - Programa na rádio Atitude Popular – Café com Democracia: 14 anos da Lei Maria da Penha: conquistas das mulheres e da sociedade (com a Defensora Jeritza Braga).

06/08 (14h00)- Workshop "O papel da defensoria pública na prevenção e no combate à tortura em audiência de custódia, conforme parâmetros internacionais"- Escola Superior da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará.

09 a 11/08/2020 – (8h00 às 12h00 de 14 à 16h00) – II seminário dos Povos Indígenas do Cariri Cearense.

10/06/2020 – (14h00) – Participação no ato virtual com os povos indígenas. Dia Internacional dos povos indígenas.

11/08/2020 – Programa na rádio Atitude Popular – Café com Democracia: Rede Sindical Unisaude denuncia vetos contra direitos dos trabalhadores da saúde.

12/08/2020 – (16h00) - Violência contra a mulher, aumento de casos na pandemia e os 14 anos da Lei Maria da Penha (participação de Ozaneide e Rose Marques).



	OUTDORM GERME
	15/08/2020 – (16h00 às 18h00) - Reunião sobre o sistema prisional no interior do Ceará – Inegra
	e Rede de Mulheres.
	24/05/2020 – Reunião com os/as agentes penitenciários.
	21/08/2020 - Sessão Ordinária do CONSUP
	31/08/2020 - (de 14h às 17h) - Círculo de Participação - formação sobre Racismo
	Estrutural e Sistema de Justiça: continuada Conectando Histórias Sobre Racismo
	Estrutural
Setembro	01/09/2020 – (11h00) reunião com Fórum Justiça
	03/09/2020 - Programa na rádio Atitude Popular – Café com Democracia: segurança
	pública e cidadania: o debate necessário.
	03/09/2020 – (19h00) – Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias
	10/09/2020 – (14h00) – Reunião com GT do Sistema Penitenciário.
	11/09/2020 – (11h00) – reunião com PPDDH no Núcleo de Direitos Humanos.
	14/09/2020 – (10h00) - Sessão Ordinária do CONSUP
	16/09/2020 – Plenária virtual com a sociedade civil orçamento destinado à
	Defensoria Pública do Estado.
	17/09/2020 – Programa na rádio Atitude Popular – Café com democracia: Semana em
	defesa do SUS.
	18/09/2020 – (10h00) - Sessão Ordinária do CONSUP
Outubro	01/02/2020 – (7h30) Programa na rádio Atitude Popular – Café com Democracia: Dia
	Mundial do Idoso: como vão os direitos da pessoa idosa no Brasil.
	02/10/2020 - Reunião com gestão: fluxos de encaminhamentos e atendimentos nos
	núcleos.
	02/10/2020 - (de 14h às 17h) - Círculo de Participação - formação sobre Racismo
	Estrutural e Sistema de Justiça: direitos humanos, raça e acesso à justiça
	- Reunião com rede de catadores/as.
	06/10/2020 – (17h00) Reunião do Conselho Nacional de Ouvidorias



T.	OUVIDORIA GERAL
	06/10/2020 – (14h00) Reunião do GT do Sistema Penitenciário
	09/10/2020 - Programa na rádio Atitude Popular – Café com democracia: seleção de
	negros e negras no magazine Luiza.
	15/10/2020 – Reunião com gestão. Retorno de demandas.
	16/102020 – acompanhamento da manifestação de familiares de pessoas presas.
	19/10/2020 - Reunião de nivelamento das comunidades costeiras
	20/10/2020 – Live com o NEABI: mulheres negras, conectando histórias.
	28 de outubro – escuta coletiva de familiares de pessoas do sistema penitenciário
	(com Nuapp e Nudep).
Novembro	05/11/2020 - (de 14h às 17h) - Círculo de Participação - formação sobre Racismo
	Estrutural e Sistema de Justiça: O direito achado na encruzilhada: território de lutas e
	religiões afro-brasileiras.
	12/11/2020 – (21h00) - Live Herdeiras de Dandara em resistências.
	13/11/2020 – Reunião com Fórum Justiça Cidades.
	16/11/2020 – Gravação do Podcats – a diversidade como ferramenta de luta – Central
	dos Movimentos Populares.
	18/01/2020 - (13h00) – Live – CESAU Dialoga: a participação da mulher negra nos
	espaços de poder.
	20/11/2020 – construção de nota de repúdio em decorrência do assassinato de João
	Alberto Silveira Freitas (caso Carrefour).
	20/11/2020 – Articulação atendimentos à familiares de presos e militantes do MNU.
Dezembro	14/12/2020 - (de 14h às 17h) - Círculo de Participação - formação sobre Racismo
	Estrutural e Sistema de Justiça - Ações e Políticas Afirmativas e Seus Significados no
	Combate ao Racismo
	1/12/2020 – Reunião do Gabinete, Ouvidoria Geral e Secretário de Proteção Global
	do Ministério da Mulher, da família e Direitos humanos. Pauta: financiamento de
	ações.



10/12/2020 (15h00 às 17h30) — Live - caminhos para enfrentamento à violência contra as mulheres

11/12/2020 – Ocupação Carlos Marighela – Provável desocupação.

14/15/2020 (10h00) - Sessão Ordinária do CONSUP

18/12/2020 – Posse dos novos defensores

22/12/2020 (19h00 -22h00) – workshop Sistema de Justiça e Racismo Institucional.

Fórum Justiça.

23/12/2020 – Reunião com movimentos sociais do Cariri – pauta: Resolução 07/2020 do Tribunal de Justiça do Ceará.

24/12/2020 - Reunião com comunidade do baixio das Palmeiras, GRUNEC,

Escritório Frei Tito.

29//**12**/**2020** (11h00) – articulações e contatos diversos e decisão judicial acerca da comunidade do Baixio das Palmeiras

31/12/2020 – (11h00) - Sessão Extraordinária do CONSUP – Cessão de Defensora

Antonia Mendes de Araújo Ouvidora Geral Externa DPGE

Antonia Skuler de francis